



Exma. Senhora Presidente

**da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do
Território e Poder Local**

Deputada Isaura Morais

REQUERIMENTO

Nos passados dias 8 e 9 de Maio, em cumprimento do seu Plano de Atividades, a 13ª Comissão Permanente da Assembleia da República reuniu com a AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, em Faro.

Esta Comunidade Intermunicipal é formada pelos municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Após uma reunião conjunta, a 13ª Comissão teve ocasião de visitar a região, percorrendo-a de Vila do Bispo a Alcoutim, do litoral ao interior, tendo visitado os concelhos de Portimão, Vila do Bispo, Lagos, Silves, Faro, Tavira e Alcoutim, ouvindo todos os autarcas representantes dos 16 Municípios, bem como alguns Presidentes de Junta, caso de Portimão e Cachopo.

A 13ª Comissão reuniu com AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, na qual foram destacados os três grandes desafios para a região, a Água, devido à seca e alterações climáticas; o Ordenamento do Território, colocando a tónica na dificuldade de acesso à Habitação, tanto no arrendamento como na aquisição, quer para os cidadãos residentes quer para a fixação de quadros necessários aos serviços essenciais

do Estado, nas áreas da Saúde, Educação e Segurança; e a Mobilidade, destacando-se o regime tarifário em vigor.

A 13ª Comissão reuniu com a Comissão de Coordenação Regional do Algarve na qual foi apresentado o Programa Regional Algarve 2030, respetivos Eixos e Instrumentos.

Nesta atividade, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve a oportunidade de confirmar a sua prioridade para a Coesão Territorial, constatando, uma vez mais, que o interior do País, continua a apresentar indicadores que demonstram o despovoamento do território, apesar do enorme esforço do Governo, e que justificam uma maior concentração de políticas do Estado, que permitam corrigir assimetrias e reforçar o caminho para um equilíbrio indispensável ao desenvolvimento sustentável e coeso de Portugal.

Os Governos do Partido Socialista introduziram na sua orgânica, a área governativa da Coesão Territorial, pois há um conjunto de pontos críticos que devem enquadrar as intervenções públicas, como sejam a identidade dos lugares, a organização do tecido urbano, a disponibilidade de serviços de interesse geral, a qualificação do espaço público, a disponibilidade e tratamento de espaços verdes, a mobilidade, a habitação, entre outros.

Exige-se um esforço coletivo de valorização dos territórios do Interior o que se atinge, nomeadamente através da mobilização do conhecimento, da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do reforço do empreendedorismo nas atividades tradicionais, bem como na atração de novas atividades económicas, conduzindo à necessária diversificação da atividade económica e social dos territórios. Tem sido esse, aliás, o âmago do Programa Nacional de Valorização do Interior que estando no terreno desde 2017 no total já mobilizou 6.600 milhões de euros.

Assim, porque estas matérias e os desafios que se nos colocam exigem atenção e escrutínio redobrado, justifica-se por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a iniciativa de promover este requerimento, **solicitando, nos termos legais e regimentais aplicáveis, a Audição em sede de Comissão da Senhora Ministra da Coesão Territorial.**

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2023.

As Deputadas e Os Deputados

Pedro Cegonho

Isabel Guerreiro

Susana Amador

Berta Nunes